



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 025/2025  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 018/2025

**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de Professor(a) de Jiu-Jitsu, para ministrar 10 (dez) horas aulas semanais, conforme cronograma desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura.

**CONTRATADA:** RONALDO OLIVEIRA

**CNPJ Nº:** 43.965.463/0001-0

**ENDEREÇO:** Rua XV de Novembro, nº 987, Bairro Centro, Ronda Alta-RS.

**VALOR:** R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais) mensais.

### LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:

O presente instrumento de DISPENSA DE LICITAÇÃO tem como objetivo a Contratação de empresa para fornecimento de Professor(a) de Jiu-Jitsu, para ministrar 10 (dez) horas aulas semanais, conforme cronograma desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura.

A empresa **RONALDO OLIVEIRA** deverá oferecer os seguintes produtos:

Item	Descrição do item	Quantidade	Valor mensal	Valor Total para 12 meses
01	Contratação de empresa para fornecimento de Professor(a) de Jiu-Jitsu, para ministrar 10 (dez) horas aulas semanais, conforme cronograma desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, totalizando 10 (dez) horas semanais.	40 horas mensais	R\$2.700,00	R\$32.400,00

### FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

*“XXI - ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*



# ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos. No ano de 2021 foi sancionada a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a qual veio para substituir a antiga lei, e tem um prazo de 02 anos para adequação e uso obrigatório. Com isso, durante este tempo os órgãos públicos podem optar entre as duas em seus processos licitatórios.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações desnecessárias e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as chamadas Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

A Dispensa de Licitação para realizar a Contratação de empresa para fornecimento de Professor(a) de Jiu-Jitsu, para ministrar 10 (dez) horas aulas semanais, conforme cronograma desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura, encontra amparo legal no art. 75, inciso II da Lei nº. 14.133/2021.

### FUNDAMENTO LEGAL:

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

*“Art. 75. É dispensável a licitação:*

*[...]*

*II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;”*

### Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236) <sup>1</sup>

*“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório,*

---

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.



# **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA**

*quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”*

### **RAZÕES:**

#### **DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Lei 14.133/21:

*“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*[...]*

*VI – razão da escolha do contratado;”*

A escolha desta Administração Municipal para a contratação da empresa **RONALDO OLIVEIRA** é porque dentre todos os orçamentos pedidos a empresa foi o menor valor proposto.

### **DO PREÇO:**

Lei 14.133/21:

*“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*

*[...]*

*VII – justificativa de preço;”*

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

### **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

Justifica-se o presente processo tendo em vista a necessidade de contratação de empresa com profissional habilitado e qualificado para ministrar aulas de Jiu-Jitsu.

A Secretaria Municipal de Cultura tem entre suas ações, o desenvolvimento de oficinas educativas, as quais tem o propósito de incentivar as crianças a buscar um aproveitamento melhor de seu tempo, participando de atividades relacionadas a arte e a cultura.

O Jiu-Jitsu é uma atividade física que ajuda a melhorar a flexibilidade, força, resistência e coordenação motora. A prática do Jiu-Jitsu ensina disciplina, respeito e autocontrole, ajudando os alunos a se concentrar e alcançar seus objetivos, desenvolvendo autoconfiança e autoestima, pois eles aprendem a superar desafios e alcançar metas. Ainda, a prática em grupo ajuda desenvolver habilidades sociais, como comunicação, cooperação e respeito pelos outros.

A prática regular de atividades físicas é essencial para o desenvolvimento saudável e a contratação de um professor de Jiu-Jitsu ajuda a diversificar as atividades oferecidas pela secretaria.



# **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA**

Essa iniciativa representa um investimento na promoção da cultura e no acesso à arte, proporcionando oportunidades para que as pessoas participem ativamente. As aulas de jiu-jitsu na esfera municipal reforçam a importância do bem-estar comunitário e oferecem uma alternativa educativa e recreativa, enriquecendo a vida dos cidadãos e promovendo a diversidade cultural.

RONDA ALTA/RS, 04 de fevereiro de 2025.

**ROQUE ARLENE DE COUTO**  
**Secretário Municipal de Cultura**

**MARCOS MIGUEL BEUX**  
**Prefeito Municipal**